

**O Turismo Rural como Possibilidade de Resistência do Modo de Vida
Camponês**

Rural Tourism as a Possibility of Resistance to the Peasant Way of Life

El turismo rural como posibilidad de resistencia al modo de vida campesino

Milena Cardoso Garbossi

Mestranda, UEL, Brasil
milena.garbossi@uel.br
Bolsista CAPES - código de financiamento 001

Izeni Terezinha Antonello

Professora Doutora, UEL, Brasil
antonello@uel.br
Pesquisadora CNPQ - Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2

RESUMO

O Turismo Rural é pautado na valorização de áreas rurais e da identidade de suas comunidades. Já o Modo de Vida Camponês está atrelado ao suprimento das necessidades imediatas como comer, morar, trabalhar e exercitar a espiritualidade relacionada a terra e a natureza. Assim, é possível aliar o Turismo Rural ao Modo de Vida Camponês ao proporcionar visibilidade das áreas de vivência dos camponeses, seus costumes e suas comidas típicas. A pesquisa tem como objetivo apresentar o que é e como se dá o modo de vida camponês, contextualizando como ele atuou historicamente e o seu lugar na modernidade, apresentar definições e diretrizes do turismo rural, além de analisar o Turismo Rural na Agricultura Familiar e como essa modalidade se aproxima de maneira mais significativa da possibilidade de uma aliança entre o turismo rural e o modo de vida camponês. Para a compreensão desse assunto, foi utilizada como metodologia o levantamento e análise bibliográfica e documental. Dessa forma, este trabalho busca destacar a importância de uma abordagem que valorize a cultura e a inclusão da comunidade local. Ao reconhecer o potencial de uma aliança entre o Turismo Rural e o modo de vida camponês, pode-se abrir caminho para experiências turísticas mais enriquecedoras e contribuir para a superação da visão de inferioridade que a sociedade moderna possui perante as comunidades rurais e camponesas, exaltando assim seu modo de vida, que pode nos ensinar e inspirar.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Rural; Campesinato; Modo de Vida; Resistência; Cultura.

ABSTRACT

Rural tourism is based on valuing rural areas and the identity of their communities. The Peasant Way of Life, on the other hand, is linked to meeting immediate needs such as eating, living, working and exercising spirituality related to the land and nature. It is therefore possible to combine rural tourism with the peasant way of life by providing visibility of the areas where peasants live, their customs and their typical foods. The research aims to present what the peasant way of life is and how it comes about, contextualizing how it has acted historically and its place in modernity, presenting definitions and guidelines for rural tourism, as well as analyzing Rural Tourism in Family Farming and how this modality comes closer in a more significant way to the possibility of an alliance between rural tourism and the peasant way of life. In order to understand this subject, a bibliographical and documentary survey and analysis was used as a methodology. In this way, this work seeks to highlight the importance of an approach that values culture and the inclusion of the local community. By recognizing the potential of an alliance between rural tourism and the peasant way of life, we can pave the way for more enriching tourist experiences and contribute to overcoming modern society's view of rural and peasant communities as inferior, thus exalting their way of life, which can teach and inspire us.

KEYWORDS: Rural Tourism; Peasantry; Way of Life; Resistance; Culture.

RESUMEN

El turismo rural se basa en la valoración de las zonas rurales y la identidad de sus comunidades. El modo de vida campesino, por su parte, está vinculado a la satisfacción de necesidades inmediatas como comer, vivir, trabajar y ejercer la espiritualidad relacionada con la tierra y la naturaleza. Por lo tanto, es posible combinar el turismo rural con el modo de vida campesino dando visibilidad a las zonas donde viven los campesinos, sus costumbres y sus comidas típicas. La investigación pretende presentar qué es y cómo surge el modo de vida campesino, contextualizando su actuación histórica y su lugar en la modernidad, presentar definiciones y directrices para el turismo rural, además de analizar el Turismo Rural en la Agricultura Familiar y cómo esta modalidad se aproxima más a la posibilidad de una alianza entre el turismo rural y el modo de vida campesino. Para la comprensión de este tema, se utilizó como metodología el relevamiento y análisis bibliográfico y documental. De esta forma, este trabajo busca resaltar la importancia de un abordaje que valore la cultura y la inclusión de la comunidad local. Al reconocer el potencial de una alianza entre el turismo rural y el modo de vida campesino, podemos allanar el camino para experiencias turísticas más enriquecedoras y contribuir a superar la visión que la sociedad moderna tiene de las comunidades rurales y campesinas como inferiores, exaltando así su modo de vida, que puede enseñarnos e inspirarnos.

PALABRAS CLAVE: Turismo Rural; Campesinado; Modo de Vida; Resistência; Cultura.

1 INTRODUÇÃO

O Turismo Rural é uma modalidade turística que busca proporcionar uma maior conexão com a natureza e vivências culturais distintas do ambiente urbano. Esse tipo de turismo tem atraído cada vez mais interessados, por ser uma opção de lazer que foge da agitada dinâmica presente no cotidiano urbano. Seu potencial de desenvolvimento econômico é pautado na valorização da história e dos sujeitos das áreas rurais, a fim de auxiliar agricultores familiares a terem uma complementação de renda além do uso da terra, que acontece por meio da comercialização de produtos e visitação em suas áreas de vivência. O turismo voltado aos aspectos sociais e históricos do espaço agrário, é também uma maneira de resgatar a cultura local e colocá-la em evidência, tendo em vista que muito do que é ou foi vivido no campo diz respeito à história do desenvolvimento e aos modos de vida que dão sentido às particularidades dessas comunidades.

O Modo de Vida Camponês é entendido pela maior parte da sociedade urbano-industrial como atrasado, ultrapassado. Essa visão foi, e ainda é muito disseminada pela ideologia capitalista, que coloca a classe camponesa como uma espécie de “entrave” ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo e na cidade. Entretanto, o campesinato e seu modo de vida têm características próprias e fundamentais para o abastecimento alimentar dos moradores dos centros urbanos, podendo ser uma forma de relembrar a sociedade como um todo, de como o bem-estar e qualidade de vida, atrelado ao consumo próprio, à soberania alimentar e ao trabalho familiar podem ser uma opção viável para se viver, além de mostrar sua resistência perante os poderes que se mostram contrários à tais condutas. Assim, é possível aliar o Turismo Rural ao Modo de Vida Camponês em suas motivações semelhantes, que coincidem na valorização local, cultural e social do meio rural e das comunidades que o habitam. Nesse sentido, o camponês e suas manifestações podem ser evidenciados pelo Turismo Rural, que irá buscar a preservação e valorização de sua identidade e particularidades.

Por isso, esta pesquisa teve como objetivos: entender o que é e como se dá o modo de vida camponês, contextualizar como o modo de vida camponês atuou historicamente e qual espaço precisou tomar na modernidade, apresentar definições e diretrizes do turismo rural, além de analisar o Turismo Rural na Agricultura Familiar e como essa modalidade se aproxima de maneira mais significativa da possibilidade de uma aliança entre o turismo rural e o modo de vida camponês, sendo esses foco do presente artigo.

Para ser possível compreender mais profundamente e contextualizar os desafios e possibilidades da proposta da pesquisa, foi utilizada como metodologia o levantamento e análise bibliográfica e documental, de artigos e livros voltados para a questão do modo de vida, à situação camponesa perante a sociedade e às definições e diretrizes do turismo rural.

O texto é dividido em duas partes, sendo a primeira voltada para a contextualização do modo de vida camponês tradicional e suas mudanças no período moderno, e a segunda parte se destina a conceituar e contextualizar o turismo rural, sua diversidade e como o modo de vida camponês pode se encaixar nessa modalidade turística.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O Modo de Vida Camponês Tradicional e Moderno

O Modo de Vida evidencia diversas características, motivações e ações de determinados grupos sociais. Nas sociedades tradicionais, suas práticas sociais conformam uma identidade alcançada ao longo de sua existência. É a partir de práticas cotidianas que o modo de vida vai se delineando, por meio de um grupo social que constrói seu território, sua identidade e sua história, delimitando seu lugar na sociedade mais ampla e manifestando suas escolhas, desafios, formas de produção e resistência.

Segundo o geógrafo Júlio César Suzuki, o conceito *modo de vida* é definido como:

[...] a forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida. O modo de vida se realiza, então, a partir de dimensões materiais e imateriais, como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo práticas territoriais, com produção de territorialidades e territórios. (Suzuki, 2013, p. 633)

Os territórios e as territorialidades formados pelos modos de vida tradicionais envolvem a luta e a preservação cultural, sendo constituídos de saberes e vínculos sociais próprios. Suzuki (2013) aponta que são esses saberes quem propicia o cultivo de alimentos, a criação de animais, a construção de moradias, a confecção de ferramentas e instrumentos de diversão. Essas ações são formas de acúmulo cultural que garante a identidade das sociedades tradicionais e de suas particularidades. O autor ainda apresenta que a acumulação cultural, ocorre de maneira material e imaterial. O material seriam as criações físicas (canoas, moradia, viola, curral, painéis de barro etc.), que são influenciadas pelo imaterial (tradições, superstições e práticas sociais relacionadas ao trabalho, à organização familiar, aos ritos e às festas).

Essas sociedades tradicionais possuem características comuns entre si, que envolvem as relações com a natureza, a inserção mercantil, a transmissão oral de saberes e a ocupação do território por várias gerações. Tem também como base, atividades agropecuárias para consumo próprio, reduzida acumulação de capital, importância familiar, importância de simbologias, ritos e mitos, tecnologia simples de impacto mínimo ao meio ambiente, predomínio de trabalho artesanal e familiar, poder político fraco e identidade cultural distinta de outras.

Dentre as sociedades tradicionais, buscou-se analisar os camponeses que, com o passar do tempo, passaram por algumas modificações, para que fosse possível sua existência na modernidade capitalista.

Segundo Marques (2004), o modo de vida camponês envolve valores e costumes estruturados sobre três alicerces (família, terra e trabalho) para se reproduzir socialmente em um meio baseado na solidariedade, na comunidade e no compadrio.

Para Santos e Teló (2011, p.163), o modo de vida camponês também pode ser definido como o:

[...] conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra, tendo também em sua organização social, costumes, herança, tradição religiosa, formas de comportamento político, e se insere na sociedade capitalista de forma subalterna, visto que tais valores não são tidos por esta sociedade como os mais importantes, em detrimento de valores como o lucro, o acúmulo de capital e o consumo.

Os autores ressaltam ainda que:

O campesinato é fortemente caracterizado por uma heterogeneidade e por diversidade culturais. Conforme a região em que vive, o camponês tem formas diferentes de trabalhar, relacionar-se com os vizinhos, têm cultivos distintos, e também formas diferentes de posse da terra. Mas, o que os unifica nessa diversidade, na esfera econômico-social, é a condição de produtores simples de mercadorias, organizados a partir do núcleo familiar. O que permite definir a existência de uma economia familiar que tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial. (Santos; Teló, 2011, p.164)

Outro elemento típico da identidade camponesa são os vínculos de ajuda mútua entre as famílias. Santos e Teló (2011) apontam que os camponeses possuem laços morais de solidariedade muito fortes e que é quase uma “obrigação” ajudar os outros. Esta é uma prática social arraigada à dimensão imaterial do modo de vida dessas pessoas. É muito comum eles se ajudarem em mutirões para construção de casas ou de alguma estrutura necessária a uma família ou comunidade. Além disso, nota-se laços de solidariedade em hábitos bastante comuns como a troca de comida.

Por conta da expansão das relações capitalistas no espaço agrário, do mundo da mercadoria, os camponeses não veem outra saída senão desenvolver práticas sociais que visam manter sua existência. Segundo o sociólogo Teodor Shanin,

[...] as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês. (Shanin, 2008, p. 25)

Tradicionalmente, o campesinato possui algumas características, como: família como unidade social do trabalho; produtos cultivados satisfazem as necessidades essenciais; o trabalho é dividido entre todos os membros da família; a família assegura o bem-estar de todos os membros (Queiroz, 1973).

Existem algumas considerações que Queiroz (1973) apresenta ao considerar que o campesinato possui traços que podem definir sua existência em várias partes do mundo, independentemente dos pontos de divergência. Esses traços são:

[...] o camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção ele é sempre policultor;

difícilmente cultiva grandes extensões de terra; não sendo a colheita destinada à obtenção de lucro, não deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar - de onde se emprega preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utiliza mão de obra familiar. (Queiroz, 1973, p.29)

É possível perceber que historicamente o campesinato é definido como a classe subalternizada da população rural brasileira. Nos períodos colonial e imperial, estavam próximos dos escravos. No período republicano, está próximo aos trabalhadores urbanos, sendo considerados trabalhadores rurais sem salário fixo. Os camponeses sempre ocuparam um lugar de subalternidade social, política e econômica. Atualmente, foi incorporado à lógica capitalista por ser produtor de alimentos e importante para a lógica da sociedade capitalista, pois o processo espacial do campo, chamado por Oliveira (2012), de “Monopolização do Território pelo Capital”, revela que empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, sem produzir no campo, controlam por meio de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo, essas empresas se unem para controlar a mão-de-obra industrial e distribuição de produtos, onde uma pode ficar responsável pelas terras e outra pela produção, sempre abertas à bolsa de valores para conseguir cada vez mais investidores e acionistas, sendo essa união uma forma de monopolizar os territórios, reproduzindo a classe camponesa. “A produção camponesa vem sendo recriada pelo capitalismo em diferentes situações, sempre que a territorialização do capital no campo se mostra pouco atraente como no caso da produção de alimentos para o mercado interno.” (Marques, 2004, p. 153)

Marques (2004) afirma que a história do campesinato brasileiro é movida pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa, a partir do qual os camponeses são os mais prejudicados, pois se veem invadidos pelas imposições do mundo da mercadoria. Assim, precisam se ajustar à lógica da sociedade urbano-industrial. Por isso, os camponeses resistem por meio de suas lutas pela manutenção do seu modo de vida. Nesse sentido,

Como expressão da contradição entre a produção de capital a partir de relações não capitalistas de produção, emerge uma classe social que consegue se reproduzir num contexto de hegemonia das relações capitalistas de produção sobre as formações sociais. Trata-se do campesinato, concebido a um só tempo enquanto uma classe social e um modo de vida inserido no modo de produção capitalista, que estabelece no seu cotidiano relações não-capitalistas de produção, porque ele tem relativa autonomia sobre seus meios de produção, majoritariamente não usa mão-de-obra assalariada, ou a utiliza como complementar ao trabalho familiar. Portanto, não sobrevive da extração de mais-valia, um dos elementos centrais na caracterização das relações capitalistas, tanto quanto não se apropria da renda fundiária capitalista. (Santos; Teló, 2011, p. 160)

Por conta da modernização, tecnificação do campo, internacionalização da economia e da agricultura (que expandiu o mercado de commodities agrícolas), dentre outros fatores, a terra fica valorizada e o espaço que seria destinado à produção própria do camponês, sua família e comunidade, agora é um espaço de acumulação e produção de capital. Esse processo, em alguns casos, pode apresentar a ameaça de retirar o território e a territorialidade do camponês, já que agora são as cercas e o estatuto da propriedade privada quem decide os limites da porção de terra do camponês, que se vê rodeado pelas grandes fazendas delimitadas e o agronegócio

atuando sobretudo. Em consequência dessas mudanças, o camponês se vê obrigado a realizar outras atividades no campo ou a migrar para as áreas urbanas. “A residência urbana, para eles, está relacionada a uma experiência de grande instabilidade profissional e à sujeição ao assalariamento” (Marques, 2004, p. 147).

Na cidade, o camponês fica afastado do trabalho na terra, mas não esquece sua origem. Muitos aderem à militância dos movimentos sociais de luta pela terra na esperança de voltar ao campo, mas com um lote e um território para voltar a reproduzir o modo de vida que confere sentido à sua existência. Conforme Marques:

O modo de vida camponês possui uma temporalidade mais lenta, também pode conter uma chave para o futuro, no sentido de indicar um caminho alternativo à aceleração da modernidade e suas consequências negativas para a sociedade e para o meio ambiente. (Marques, 2004, p. 155)

Entende-se que a classe camponesa é importante não só para a manutenção da produção de alimentos, mas também pelo seu papel subversivo à lógica do trabalho alienado, ancorada na maximização dos lucros e que promove a precarização das condições de vida dos trabalhadores.

Segundo Marques, o território camponês (2004, p. 155), o território camponês “[...] é o lugar da apropriação, do uso e da realização do trabalho não alienado”. Por isso,

O reconhecimento do direito de controle do território para as comunidades que nele habitam é um passo fundamental no sentido de assegurar a possibilidade de reprodução de suas condições de vida e, com isso, caminhar na direção de uma sociedade mais justa. (Marques, 2004, p.155)

É fato que grande parcela da sociedade já vive emaranhada nos ditames do capitalismo. Por isso, é preciso dar visibilidade a quem subverte a “ordem” do sistema. Além disso, é preciso refletir sobre o caráter predatório e padecedor do modo de vida que nos é imposto pela lógica do modo de produção hegemônico.

2.2 Turismo Rural e Modo de Vida Camponês

O Turismo rural, de acordo com a Embratur (2004), se iniciou como uma nova proposta de atividade econômica e turística para todo o território nacional, com o objetivo dar maior visibilidade e promover a valorização e o aumento de renda da população rural, além de buscar estimular o conhecimento sobre os modos de vida das populações tradicionais do país.

De acordo com Cruz (2003), essa modalidade turística se encaixa na categoria de turismo alternativo, que é contrário ao turismo de massa, desde o objeto de consumo e a forma como se consome o espaço. Neste caso, o meio rural é o principal objeto de consumo, que necessita de infraestruturas e serviços de acesso e hospedagem, mas em menor densidade, se comparado ao turismo de massa.

Por ser uma prática social e econômica diversa e dinâmica, o turismo rural possui variadas definições e manifestações, para compreendê-lo é preciso analisar suas concepções, contradições e abrangências, que se dividem em Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural.

Mas antes de conceituar o turismo rural, é importante destacar a definição de meio rural, que é o espaço dessa modalidade turística. Então, a Embratur (2004), aponta que o meio rural é baseado na noção de território, com ênfase na valorização da ruralidade, sendo um espaço geograficamente definido no campo, tendo características e critérios próprios em relação ao ambiente, economia, sociedade, cultura, política, indicando uma identidade própria por meio da produção territorializada de qualidade, paisagem, biodiversidade, cultura e modo de vida, que se manifestam pela atividade agrícola, lógica familiar, cultura comunitária e identificação com os ciclos da natureza. Contudo, cabe ressaltar que o espaço rural, assume novas configurações e funções, pois,

Consideramos que não é mais possível analisar o espaço rural apenas pautado no agrícola, no momento que se desenvolve um conjunto de atividades não voltadas simplesmente para o agropecuário, como a prestação de serviços, envolvimento em ocupações como, por exemplo, o turismo rural ou ecológico, comércio e indústria, no caso do nosso objeto de estudo os serviços domésticos presentes nas chácaras de lazer, ou seja, é necessário se pensar nos atores sociais diferenciados que se encontram no espaço rural atualmente. (Bernardes; Antonello, 2009, p.120)

O Turismo Rural, segundo a Embratur (2004), está inserido num recorte geográfico do turismo no espaço rural, relacionando-se ao território, base econômica, recursos naturais, cultura e sociedade. O turismo rural busca a essência da ruralidade e seus modos de vida, prioriza a existência e a permanência de costumes, ritos, comidas típicas, o trabalho na terra entre outros,

Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (Embratur, 2004, p. 11)

Já o Turismo no Espaço Rural, de acordo com a Embratur (2004), são todas e quaisquer tipos de práticas turísticas que ocorrem no espaço rural e, não necessariamente, são vinculadas às práticas rurais. As atividades podem envolver lazer, esporte, ócio, negócios, ecologia, aventuras, ou seja, atividades que ocorrem alheias ao próprio ambiente rural.

Cruz (2003), apresenta que o turismo em espaços rurais teve sua origem a partir de usos acidentais de propriedades rurais como meios de hospedagem, pela necessidade de abrigar viajantes e pelas paisagens atrativas, gerando mais um segmento no ramo do turismo a partir da década de 1960 em todo o mundo. Dessa forma,

O turismo em espaços rurais pode abarcar a visitação a propriedades rurais, com ou sem pernoite, e o envolvimento ou não do turista com as práticas rurais comumente presentes nesses espaços. [...] Mais do que inserir objetos nesses espaços, o turismo também se apropria de objetos preexistentes, mudando seus significados. Por exemplo, a casa da fazenda pode transformar-se em hospedaria/refeitório; a estrada de terra pode ser

pavimentada, como forma de atrair maiores fluxos; áreas de cultivo antes destinadas apenas à produção podem transformar-se em espaço para a atividade eventual de turistas que desejam participar, de forma ativa, da vida local. O turismo em espaços rurais pode significar, também, uma alternativa, em termos de geração de renda e emprego, para comunidades rurais. (Cruz, 2003, p.20)

Ao final da década de 1990, empreendedores passaram a investir significativamente no turismo rural, pois foi um período de intensa disseminação dos benefícios que este ramo poderia oferecer ao país e ao próprio local. A Embratur (2004) elenca tais benefícios, como: diversificação da economia regional por meio de pequenos negócios, melhorias nas condições de vida de famílias rurais, interiorização do turismo, difusão de conhecimento e técnicas agrárias, diversificação da oferta turística, diminuição do êxodo rural, intercâmbio cultural, conservação dos recursos naturais, reencontro com as origens rurais e com a natureza, novas oportunidades de trabalho, melhoria de infraestruturas, transporte, saneamento, auxílios que valorizam as atividades rurais, melhoria de equipamentos e dos bens imóveis, integração do campo com a cidade, agregação de valor ao produto primário, revigoramento da imagem do interior, integração das propriedades rurais e comunidade, valorização de práticas rurais e resgate da autoestima do habitante rural.

Segundo a Embratur (2004), alguns aspectos são essenciais para a existência, qualidade e procura do turismo rural, como: o comprometimento com a produção agropecuária, livre de interesse unicamente econômico com as coisas da terra, o trabalho, práticas sociais, ambiente, tradições e costumes, artesanato e modo de vida típico de cada população rural; a agregação de valor a produtos e serviços, ou seja, a valorização de práticas comuns à vida no campo, envolvendo o manejo e cultivo da terra, produções culturais, culinária, paisagem e a possibilidade de oferecer ao turista produtos *in natura*, como pratos típicos, lácteos e conservas; e o resgate e promoção do patrimônio cultural e natural, ou seja, a importância de evidenciar a autenticidade de fatores culturais, manifestações e práticas regionais (folclore, trabalhos manuais, “causos” e comidas típicas), além de zelar e priorizar a conservação e manutenção do ambiente natural. Dessa forma, “[...]essas atividades imprimem um novo sentido ao espaço rural, particularmente aos atores sociais envolvidos nesse processo” (Bernardes; Antonello, 2009, p. 120).

Diante dessas considerações, é interessante notar a proximidade que o turismo rural pode ter com o modo de vida camponês em suas conceituações e objetivos, por isso, uni-los pode ser uma maneira de manter vivos características e costumes que estão cada vez mais em falta perante a sociedade capitalista e urbana, que se vê emaranhada em suas dinâmicas industriais e tecnológicas, e que assim, acaba por apagar as ações e identidades rural e camponesa. Por tais motivos, o turismo rural pode ser uma alternativa para diversificar a renda dos camponeses por meio da oferta de seus produtos orgânicos ou semiprocessados, além de atrair habitantes urbanos para conhecer melhor o meio rural.

O que mais se aproxima da lógica de um turismo rural voltado à valorização do modo de vida camponês, é o Turismo Rural na Agricultura Familiar, que “[...] caracteriza-se pela utilização das atividades produtivas da propriedade como atrativo turístico principal, sob a forma de

demonstrações, explicações e vivência das técnicas utilizadas, em que o turista também pode interagir como parte do processo” (Brasil, 2004, p.9).

Essa modalidade de turismo, de acordo com Candiotta (2013), é uma promissora alternativa de renda para os camponeses, possuindo vantagens como: revitalização do espaço rural, valorização da policultura, emprego de mão-de-obra, recuperação da autoestima, dinamização econômica local, valorização da cultura e preservação do meio ambiente. As atividades nessa modalidade acontecem,

Seja por meio da participação no plantio ou na colheita dos produtos in natura, pelo interesse nos animais da propriedade, pelo consumo dos produtos beneficiados (alimentos, bebidas e artesanato), pela oferta de refeições típicas do campo, ou mesmo por outras atividades não-agrícolas na propriedade, o turismo rural na agricultura familiar apresenta um forte vínculo com o espaço rural, com as atividades agropecuárias e com o modo de vida das pessoas que vivem no campo e dependem de suas atividades tradicionais para sobreviver. (Candiotta, 2013, p. 119)

Essa proposta de um turismo rural voltado à valorização da agricultura camponesa, e que está intimamente ligada à valorização do modo de vida destes sujeitos, revela que os saberes e modos de vida delineados num território podem ser considerados como patrimônio cultural, respaldando em mais esse aspecto a viabilidade e importância de se implementar o turismo nessa modalidade como forma de resistência cultural e social. Nesse sentido,

A preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural é necessária pois esse patrimônio é o testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas que exerce papel fundamental no momento presente e se projeta para o futuro, transmitindo às gerações por vir as referências de um tempo e de um espaço singulares, que jamais serão revividos, mas revisitados, criando a consciência da intercomunicabilidade da história. (Maia, 2003, p. 39)

Nesse contexto, Candiotta (2013) afirma que os grupos sociais necessitam de amparo do Estado para que consigam manifestar sua cultura, já que muitos desses, em específico os camponeses, já sofreram perdas e censuras por serem considerados pela sociedade moderna como subalternos e ultrapassados. Em consequência disso, possuem dificuldades para reproduzir suas relações sociais, seu modo de vida e sua cultura. Em vista disso, o apoio do poder público e de políticas públicas voltadas à permanência e preservação do modo de vida camponês, atreladas ao turismo rural, permite que haja resistência e reconhecimento desses sujeitos que possuem grande importância histórica, social, cultural, econômica e política.

Ao se pensar na expansão do turismo rural, é necessário primeiramente considerar as demandas e os limites que a população local apresenta, colocando-os como protagonistas do desenvolvimento, para que as pessoas envolvidas nesse contexto de lutas e resistência possam criar estratégias de reprodução social que venham favorecer suas atividades e produções agrícolas, para que haja um desenvolvimento eficaz e melhoria da qualidade de vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram destacadas as vantagens e as contradições que surgem da integração do modo de vida camponês ao turismo rural. Ficando evidente que a preservação das tradições culturais e sociais relacionadas ao modo de vida camponês pode enriquecer a experiência turística, tendo como atração a autenticidade e as particularidades que dificilmente serão encontradas em outras áreas ou modalidades turísticas. Além disso, a relação entre o turismo rural e a agricultura familiar favorece a economia local, promovendo uma melhoria da renda.

É crucial reconhecer que a integração entre o turismo rural e o modo de vida camponês, para se tornar bem-sucedida, requer abordagem, planejamento e gestão sensíveis e colaborativos, que respeitem os valores e costumes dos camponeses.

Por conseguinte, ao considerar aspectos culturais e sociais, os gestores do turismo rural podem criar medidas e diretrizes que beneficiem os visitantes e a comunidade. O respeito à identidade cultural, à dinâmica social, e às relações dessas comunidades com o meio ambiente fortalece a possibilidade de um turismo rural voltado à valorização da identidade, do modo de vida e do território campesino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar: 2004-2007**. Brasília: MDA, 2004.

CANDIOTTO, L. Z. P. O Discurso da Viabilidade do Turismo Rural na Agricultura Familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **Cultura**, ano 7, n. 2. 2013, p.111-131.

CRUZ, R. C. A. **Introdução a Geografia do Turismo**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2003.

BERNARDES, J. R.; ANTONELLO, I. T. A interface entre a implantação de chácaras para lazer e a constituição do “novo rural brasileiro”. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 4, n. 7, fev., 2009, p. 112-139.

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

MAIA, F. A. Direito à Memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico. **Movendo Ideias**, v. 8, n. 13, 2003, p. 39-42.

MARQUES, M. I. M. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas.htm>. Acesso em: 27 Fev. 2024.

SANTOS, A. L. M.; TELÓ, F. O Lugar do Camponato no Capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida. **Agrária**, São Paulo, n. 15. 2011, p. 145-170.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Camponato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

SUZUKI, J. C. Território, Modo de Vida e Patrimônio Cultural em Sociedades Tradicionais Brasileiras. **Espaço & Geografia**, v.16, n. 2, 2013, p. 627-640.

QUEIROZ, M. I. P. **O Camponato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.